

Sumário

Introdução	1
O recorte metodológico material adotado.....	12
A análise pretendida	16
1 O Direito do Estado contemporâneo e as concessões de serviços públicos	21
1.1 O Direito do Estado brasileiro após a Constituição de 1988	26
1.2 Transformações recentes do Direito no novo modelo de Estado	31
1.2.1 Alterações na natureza dos conflitos	37
1.2.2 Complexidade do ordenamento jurídico	39
1.2.3 Ampliação das competências de controle	40
1.3 Serviço público como instrumento para a concretização dos fins do Estado	41
1.4 A relação jurídica administrativa	46
1.4.1 A relação jurídica de Direito Público e o sinalagma contratual	50
1.4.2 Impactos dos contratos administrativos sobre terceiros e a sociedade como um todo	52
1.5 A LINDB aplicada ao Direito Público moderno e aos contratos de concessão.....	54
1.6 Responsabilidade da Administração Pública enquanto contratante	56
1.7 Conclusões parciais do Capítulo.....	57

2 Aplicação dos conceitos às concessões de rodovias	63
2.1 Contrato de concessão de serviços públicos como um contrato relacional	64
2.2 Análise da participação do ente privado nas concessões de rodovias.....	71
2.3 Exigência e proibição da apresentação do Plano de Negócios nas concessões	76
2.4 A realidade brasileira em face do modelo de regulação da Terceira Etapa do PROCROFE	78
2.5 Conclusões parciais do Capítulo	82
3 A prestação adequada e eficiente de serviços públicos e o Plano de Negócios: algumas considerações	85
3.1 Parâmetros para definição de serviço delegado eficiente	85
3.2 Principais críticas doutrinárias à apresentação do Plano de Negócios.....	87
3.3 Plano de Negócios vs. Plano de Execução de Propostas	92
3.4 Validação do Plano de Execução de propostas pelo Poder Concedente	100
3.5 Conclusões parciais do Capítulo	104
4 Estudo de caso: as concessões de rodovias federais	109
4.1 Os contratos de concessão	110
4.1.1 A Primeira Etapa do PROCROFE	113
4.1.1.1 A modelagem contratual da Primeira Etapa	118
4.1.1.2 A proposta do concessionário e o Plano de Negócios	119
4.1.1.3 A execução dos contratos de concessão da Primeira Etapa...	122

4.1.1.3.1 BR 101/RJ – Trecho Rio – Niterói (Ponte Rio-Niterói).....	126
4.1.1.3.2 BR-116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro – São Paulo (Nova Dutra).....	127
4.1.1.3.3 BR 116/RS, 392/RS (Concepa)	128
4.1.1.3.4 BR-116/RJ, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento c/ a BR 040/RJ (CRT)	129
4.1.1.3.5 BR 040/MG/RJ – trecho Juiz de Fora/MG – Rio de Janeiro/RJ (Concer)	130
4.1.1.3.6 BR 116/RS, 392/RS (EcoSul)	132
4.1.1.4 Análise crítica da Primeira Etapa.....	134
4.1.2 A Segunda Etapa do PROCROFE.....	136
4.1.2.1 A modelagem contratual da Segunda Etapa	138
4.1.2.2 A proposta do concessionário e o Plano de Negócios....	139
4.1.2.3 A execução dos contratos de concessão da Segunda Etapa....	141
4.1.2.3.1 BR-381/MG/SP – Belo Horizonte – São Paulo (Autopista Fernão Dias)	144
4.1.2.3.2 BR-101/RJ – Divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva (Autopista Fluminense).....	146
4.1.2.3.3 BR-116/376/PR e BR-101/SC – Trecho Curitiba – Palhoça (Autopista Litoral Sul)	149
4.1.2.3.4 BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS (Autopista Planalto Sul).....	152
4.1.2.3.5 BR-116/SP/PR – São Paulo – Curitiba (Autopista Régis Bittencourt)	154
4.1.2.3.6 BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento BR-116 (Rodovia do Aço).....	155

4.1.2.3.7 BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR (Transbrasiliana).....	156
4.1.2.3.8 BR 116/324/BA e BA 526/528 (Via Bahia)	158
4.1.2.4 Análise crítica da Segunda Etapa.....	160
4.1.3 A Terceira Etapa do PROCROFE	164
4.1.3.1 A modelagem contratual da Terceira Etapa	166
4.1.3.2 A proposta do concessionário e o Plano de Negócios....	169
4.1.3.3 A execução dos contratos de concessão da Terceira Etapa.....	170
4.1.3.3.1 BR-040/DF/GO/MG (Via 040).....	176
4.1.3.3.2 BR 101/ES/BA (Eco101).....	179
4.1.3.3.3 BR-262/ES/MG e BR-050/GO/MG (MGO).....	180
4.1.3.3.4 BR-153/GO/TO (Galvão-153)	184
4.1.3.3.5 BR-060, BR-153 e BR-262/DF/GO/MG (Concebra) .	186
4.1.3.3.6 BR-163/MS (MSVia)	189
4.1.3.3.7 BR-163/MT (Rota do Oeste - CRO).....	192
4.1.3.4 Análise crítica da Terceira Etapa.....	195
4.2 Conclusões parciais do Capítulo	200
5 Breve análise de Direito Comparado: as concessões internacionais sob a ótica da apresentação de um Plano de Negócios em suas licitações.....	203
5.1 Estados Unidos da América.....	205
5.1.1 Histórico de concessões no país.....	206
5.1.2 Principais características do modelo de concessões.....	210
5.1.3 Modelo de escolha dos concessionários	211

5.1.4 Exemplo: Indiana East-west Toll Road	212
5.1.5 Exemplo: Central 70	214
5.1.6 Comparação com o modelo brasileiro	217
5.2 Portugal.....	220
5.2.1 Histórico de concessões no país	221
5.2.2 Principais características do modelo de concessão	223
5.2.3 Modelo de escolha dos concessionários	227
5.2.4 Exemplo: Ponte Vasco da Gama.....	231
5.2.5 Comparação com o modelo brasileiro	235
5.3 França	241
5.3.1 Histórico de concessões no país	241
5.3.2 Principais características do modelo de concessão	243
5.3.3 Modelo de escolha dos concessionários	247
5.3.4 Comparação com o modelo brasileiro.....	248
5.4 México	250
5.4.1 Histórico de concessões no país	250
5.4.2 Principais características do modelo de concessão	252
5.4.3 Modelo de escolha dos concessionários	255
5.4.4 Exemplo: Rodovia Tepic-San Blas	258
5.4.5 Comparação com o modelo brasileiro	266
5.5 Chile.....	268
5.5.1 Histórico das concessões no país.....	270

5.5.2 Principais características do modelo de concessão	274
5.5.3 Modelo de escolha dos concessionários	280
5.5.4 Exemplo: Concessão do Tunel El Melón	287
5.5.5 Exemplo: Concessão rodoviária da Ruta 78.....	290
5.5.6 Exemplo: Concessão rodoviária da Ruta G-21	294
5.5.7 Comparação com o modelo brasileiro.....	296
5.6 Conclusões parciais do Capítulo	305
6 O Plano de Execução de Propostas como ferramenta de atestado de viabilidade de contratações eficientes em face do atual modelo de Estado brasileiro	309
6.1 As consequências das contratações ineficientes	310
6.2 Responsabilidade da Administração Pública na escolha do prestador privado de serviços públicos	312
6.3 Formas de atestar a eficiência das contratações previamente e o Plano de Execução de Propostas.....	318
6.4 A análise do Plano de Execução de Propostas.....	326
6.5 Momento de apresentação do Plano de Execução de Propostas	328
6.6 Formas de realização do leilão a partir da vinculação da proposta a um PEP	333
6.7 O Plano de Execução de Propostas na consolidação do papel do Estado e da Administração Pública perante as transformações do Direito Administrativo.....	336
6.8 As alterações na regulação das concessões de rodovias promovidas recentemente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres	340
6.9 Conclusões parciais ao Capítulo	343

Considerações finais.....	349
Referências Bibliográficas.....	359
Apêndice – Modelo de Concessões Chileno, pesquisa in loco	399
1 Introdução.....	399
2 Aspectos institucionais	400
3 Modelos de contratos.....	401
4 Bases de Licitação.....	401
5 Escolha de propostas	402
6 Critério de julgamento	403
7 Propostas temerárias	404
8 Resolução de disputas.....	405
9 Conclusões	405